



PODER JUDICIÁRIO

339

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação Cível nº 296610-1 - Ipojuca (Vara da Fazenda Pública)

Apelante: Município de Ipojuca

Apelada: S. Pontes Construtora Ltda.

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. PRESTADORA DE SERVIÇO DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE AÇO PARA FUNDAÇÃO E CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES. SUBCONTRATAÇÃO LEGÍTIMA PARA A REALIZAÇÃO DE PARTE DOS SERVIÇOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA ABREU E LIMA. ISENÇÃO FISCAL. LEI MUNICIPAL Nº 1.502/2008, ARTIGO 2º, I, A, C/C §2º. OFENSA AO ARTIGO 111 DO CTN. INOCORRÊNCIA. SERVIÇO TÍPICO DE CONSTRUÇÃO CIVIL. DECISÃO UNÍVOCA.**

- a) Segundo o artigo 2º, I, a, *caput*, c/c o respectivo §2º, da Lei Municipal nº 1.502/2008, as prestadoras de serviço de construção civil subcontratadas para atuar na instalação da Refinaria Abreu e Lima, em Suape, fazem jus à isenção de ISS, não à mera redução de alíquota;
- b) Conforme o plexo probatório produzido, testificou-se que as atividades de montagem, corte e dobra de aço CA-50/CA-25 integram o escopo dos serviços de engenharia civil, pelo que se impõe a isenção fiscal, sem que isso implique interpretação extensiva ou aplicação analógica, vedadas pelo artigo 111 do CTN;
- c) Quanto aos honorários advocatícios, razoável sua fixação em 10%. O artigo 20, §4º, do CPC, não impede a estipulação da verba honorária dentro do patamar de 10 a 20%, previsto no §3º do mesmo artigo. Apenas não se obriga o Juiz a observar essa margem, desde que observadas as balizas deste último parágrafo, o que se deu, *in casu*, tendo em vista a abnegação dos patronos da autora, esmerados em buscar esclarecimentos técnicos para



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

340

(11)

embasar a interpretação da legislação tributária e se deslocaram de São Paulo a Pernambuco para assessorar a autora, antes de firmar parceria com escritório local, que também elevou custos;

- d) Recurso conhecido e desprovido unanimemente.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível de nº 296610-1, da Comarca de Ipojuca, em que figuram, como apelante, o **Município de Ipojuca**, e, como apelada, **S Pontes Construtora Ltda.**,

**Acordam** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar provimento ao apelo**, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de Setembro de 2013.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



332  
4

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Terceira Câmara de Direito Público  
Apelação Cível nº 296610-1 - Ipojuca (Vara da Fazenda Pública)  
Apelante: Município de Ipojuca  
Apelada: S. Pontes Construtora Ltda.  
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Apelação Cível interposta pelo **Município de Ipojuca**, em detrimento da sentença prolatada pelo juízo da Vara da Fazenda Pública de Ipojuca, julgando procedente a Ação Ordinária nº 0003067-20.2010.8.17.0730, proposta por **S. Pontes Construtora Ltda.**, ora apelada, em face do ente apelante.

A autora, sociedade empresária atuante no ramo da construção civil, ingressou com a ação primeva visando ao reconhecimento de seu direito à isenção fiscal outorgada pela Lei Municipal nº 1.502/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 08/2010. Nesse afã, relata ter sido subcontratada, pelo Consórcio CNCC, firmado entre a Camargo Corrêa e a CNEC, para atuar nas instalações da Refinaria do Nordeste Abreu e Lima S/A.

Segundo o instrumento de subcontratação - firmado à sombra de autorização do contratante original -, a demandante, ora apelada, ficou encarregada da execução dos serviços de engenharia de armação de aço CA-50/CA-25. Tal prestação, no entender da subcontratada, estaria abrangida pelo benefício fiscal de isenção do ISS, previsto nos instrumentos normativos supracitados. Na Lei, o artigo 2º, I, a, consagra o benefício:

*"Art. 2º São concedidos à refinaria de petróleo os seguintes incentivos:*

*I - isenção, até 31 de dezembro de 2027, do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS - dos seguintes serviços:*

*a) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e*



333  
8

## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

*a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).*

[...]

*§2º - O beneficiário estende-se aos serviços que venham a ser prestados sob forma de subcontratações, realizados por empresas prestadoras de serviços ou por empresas fornecedoras de bens e equipamentos vinculados à implantação, ampliação, modernização ou diversificação dos empreendimentos de que trata o art. 1º desta Lei, respeitadas as condições previstas em regulamento."*

Subsidiariamente, a Lei previa, para os prestadores não enquadrados na hipótese de isenção, a redução de alíquota do imposto para 2%, nos termos do inciso II do mesmo artigo, benefício reconhecido pela edilidade, que não julgou a apelada albergada pela norma de isenção.

Ante a recusa da edilidade, na seara administrativa, a contribuinte judicializou a contenda, pugnando pela outorga da isenção, cumulada com a repetição do indébito em relação ao tributo já recolhido. Como causa de pedir, aduziu que o serviço por si prestado é típico de engenharia, conforme estaria corroborado através da resposta dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Engenharia de São Paulo e de Pernambuco, na medida em que a lida com o aço, para a qual fora contratada, insere-se no escopo de engenharia da fundação, pois, basicamente, a autora/apelada prepara as estruturas que receberão o concreto.

Liminarmente, postulou a suspensão da exigibilidade do ISS sobre os serviços prestados em decorrência da subcontratação para as obras da refinaria, medida que, conquanto indeferida em primeiro grau, veio a ser concedida em segunda instância, ao cabo do julgamento do Agravo de Instrumento nº 236317-7, relatado pelo Des. Antenor Cardoso.

Sentenciando, o juízo *a quo* conheceu da ação, julgando-a procedente, com a condenação do Município ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa, o que motivou a insurgência recursal da edilidade, animada pelos seguintes fundamentos:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

- a) Não-enquadramento da autora nas hipóteses de isenção legal, haja vista que os serviços prestados pela autora não são de engenharia, propriamente dita, mas meramente correlatos;
- b) Excesso na condenação em honorários, na medida em que o juízo *a quo* deveria ter observado a regra do artigo 20, §4º, do CPC.

Em suas contrarrazões de fls. 318-324, a apelada reitera as razões que pavimentaram a decisão recorrida, defendendo, ainda, a direitura da condenação em honorários em 10%, patamar considerado condizente com a envergadura dos esforços praticados pelos causídicos, que, originários de São Paulo, tiveram de se deslocar para Pernambuco para assessorar sua cliente.

Despicienda a intervenção ministerial, em vista da disponibilidade dos interesses contendidos.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 18 de junho de 2013.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

341

(11)

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação Cível nº 296610-1 - Ipojuca (Vara da Fazenda Pública)

Apelante: Município de Ipojuca

Apelada: S. Pontes Construtora Ltda.

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**VOTO**

**I - Do mérito da causa**

Conforme narramos, o objeto da ação primeva era duplo: declaratório de isenção e condenatório à abstenção de exigir o ISS e à repetição do indébito quanto ao tributo já recolhido. Ambas as pretensões repousam na mesma causa de pedir: incidência da norma de isenção sobre os serviços prestados pela recorrida. O nó górdio da questão reside, exatamente, nesse enquadramento legal, haja vista que a autora se diz prestadora de serviço de engenharia civil, ao passo que o Município advoga que a prestação fornecida pela empresa é meramente correlata à engenharia, não merecendo guarida da isenção fiscal em vista da norma de hermenêutica, presente no artigo 111 do Código Tributário, impositiva de interpretação restritiva aos dispositivos atinentes a isenções tributárias.

A melhor compreensão da controvérsia pressupõe análise do dispositivo contendido, qual seja, o artigo 2º, I, a, da Lei Municipal nº 1.502/2008, cumulado com o respectivo §2º, norma de extensão do benefício às entidades subcontratadas:

*"Art. 2º São concedidos à refinaria de petróleo os seguintes incentivos:*

*I - isenção, até 31 de dezembro de 2027, do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS - dos seguintes serviços:*

*a) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).*



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

342

(11)

[...]

*§2º - O beneficiário estende-se aos serviços que venham a ser prestados sob forma de subcontratações, realizados por empresas prestadoras de serviços ou por empresas fornecedoras de bens e equipamentos vinculados à implantação, ampliação, modernização ou diversificação dos empreendimentos de que trata o art. 1º desta Lei, respeitadas as condições previstas em regulamento."*

Com efeito, não se poderia, como bem ressalta a edilidade, franquear ao dispositivo interpretação extensiva, tampouco, aplicação analógica, por vulnerar a técnica da exegese tributária. Por tal razão, seria inconcebível ampliar o âmbito de incidência do benefício fiscal para abranger meras atividades de apoio. A questão é saber se a manipulação do aço realizada pela autora se insere dentro dos serviços de construção civil ou se não passa de atividade de apoio.

Intuitivamente, parece claro que a elaboração das armações de aço (corte, dobra, montagem etc.) para receber o concreto é serviço de construção, no mínimo, porque as estruturas de aço preparadas pela autora se incorporam à obra e lhe dão forma. O que é mera impressão amadurece para convicção quando cotejada com a explanação fornecida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco - CREA/PE, que, respondendo a consulta, afirma, categoricamente:

*"[...] a Câmara Especializada de Engenharia Civil - CEEC, em sua sessão de 17.08.2011, concluiu que os serviços de corte, dobra e montagem de aço para as fundações e estrutura de concreto, são considerados como serviços e fazem parte do escopo que tem a execução das fundações como obra de Engenharia Civil."*

Da resposta elaborada pela autarquia especializada, duas conclusões são patentes: trata-se de serviço (e não de fornecimento de bens, pois) e este serviço se enquadra na categoria de engenharia civil. Na mesma esteira, concluiu, este mesmo Tribunal, quando do julgamento do Agravo de Instrumento nº 236317-7, oriundo da mesma ação da qual deriva o apelo em tela e relatado pelo eminente Des. Antenor Cardoso. Neste sentido, confira-se a ementa do julgamento:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

343

(11)

"EMENTA: TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DO ISSQN NA CONSTRUÇÃO CIVIL. OBRAS DE ARMAÇÃO DE AÇO PARA A CONSTRUÇÃO DA REFINARIA DO NORDESTE ABREU E LIMA - RNEST. HIPÓTESE DE SUBSUNÇÃO AO CASO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL DE IPOJUCA DE Nº 1.502/2008 E DO DECRETO Nº 08/2010 (QUE REGULAMENTA A LEI Nº 1.502/08 NO QUE DIZ RESPEITO À FRUIÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS). INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS DISPOSITIVOS DO CTN QUE DISPÕEM SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS. RECURSO PROVIDO À UNANIMIDADE."

Assim, andou bem, o juízo *a quo*, ao acolher os pleitos autorais, visto que a isenção se impõe à luz da legislação municipal.

## II – Dos honorários advocatícios

Por fim, o recorrente se insurge contra a condenação em honorários, no percentual de 10%, por suposta desobediência ao artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil, aplicável nas condenações impostas à Fazenda Pública.

Na verdade, a previsão do §4º - arbitramento equitativo dos honorários advocatícios – não impede a estipulação da verba sucumbencial dentro dos parâmetros percentuais do §3º. A única diferença da moldura do §4º é que o Juiz não precisa estar adstrito àqueles limites, podendo fixar os honorários em patamares superiores a 20% ou inferiores a 10%. O que realmente importa é a razoabilidade da condenação, consideradas as balizas do §3º:

" a) o grau de zelo do profissional;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço."

Entendo que a fixação da verba honorário no patamar encontrado pelo juízo *a quo* é condizente com a abnegação dos patronos da autora, esmerados em buscar, junto a um *corpus* especializado, esclarecimentos técnicos para municiar o julgador na interpretação do alcance conceitual de serviço de engenharia/construção civil. Ademais, trata-se de escritório de advocacia situado em São Paulo, que precisou se mobilizar para prestar





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

344.

(11)

assessoria em Pernambuco e, pós isso, firmou parceria com escritório local, aumentando-lhe os custos. Todos esses fatores mostram o acerto da sentença vergastada, que, portanto, merece ser mantida.

Destarte, tendo em vista as razões aqui expendidas, **voto pelo conhecimento e desprovimento do presente apelo.**

É como voto.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

N. 10

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0003067-20.2010.8.17.0730 (0296610-1)**

APELANTE: Município de Ipojuca

APELADA: S. Pontes Construtora Ltda

RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

REVISOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**VOTO-REVISOR**

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. PRESTADORA DE SERVIÇO DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE AÇÃO PARA A FUNDAÇÃO E CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES. SUBCONTRATAÇÃO LEGÍTIMA PARA A REALIZAÇÃO DE PARTE DOS SERVIÇOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA ABREU E LIMA. ISENÇÃO FISCAL. LEI MUNICIPAL N. 1502/2008, ARTIGO 2º, INCISO I, A, C/C §2º. OFENSA AO ARTIGO 111 DO CTN. INOCORRÊNCIA. SERVIÇO TÍPICO DE CONSTRUÇÃO CIVIL. DECISÃO UNÍVOCA.**